

N.F. Nº - 232175.0141/20-7
NOTIFICADO - AMANDA M CARNEIRO
NOTIFICANTE - SÉRGIO FERNANDES BACELAR AMARAL
ORIGEM - DAT SUL / IFMT SUL / POSTO FISCAL BAHIA-GOÍÁS
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 07/04/2025

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**ACÓRDÃO JJF Nº 0036-01/25NF-VD**

EMENTA: ICMS. FALTA DE RECOLHIMENTO. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA TOTAL. Notificado possui atividade industrial e as mercadorias adquiridas não estavam sujeitas ao regime de substituição tributária. Notificação fiscal **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A notificação fiscal em lide, lavrada em 18/06/2020, formaliza a exigência de ICMS no valor total de R\$ 5.790,06 em decorrência de falta de retenção do ICMS e o consequente recolhimento, na qualidade de sujeito passivo por substituição, relativo às operações subsequentes, nas vendas realizadas para contribuinte localizado no Estado da Bahia (55.17.03), ocorrido dia 18/06/2020, acrescido de multa de 60%, prevista na alínea "e" do inciso II do art. 42 da Lei nº 7.014/96.

O notificado apresentou defesa à fl. 28. Disse que as mercadorias constantes nas notas fiscais não se destinam à revenda, mas são matérias-primas para utilização em reformas de pneus, não incidindo ICMS por substituição tributária, conforme inciso III do § 8º do art. 8º da Lei nº 7.014/96.

VOTO

A presente exigência fiscal trata da falta de retenção do ICMS na remessa interestadual destinada ao autuado localizado no Estado da Bahia de produto denominado “Banda BXL1 A 225M com cola de rodagem pré-moldada, à base de borracha, empregada na reforma de pneumáticos”, conforme nota fiscal nº 158194 às fls. 05 e 06.

O notificado possui como atividade principal “Reforma de pneumáticos usados – CNAE 2212900”, conforme verificado no Sistema de Informações do Contribuinte (INC) da SEFAZ. Essa atividade está incluída na seção C da estrutura organizada pela Comissão Nacional de Classificação (CONCLA), destinadas exclusivamente às indústrias de transformação.

De acordo com o inciso III do § 8º do art. 8º da Lei nº 7.014/96, não se fará a retenção ou antecipação do imposto quando a mercadoria se destinar a estabelecimento industrial para utilização como matéria-prima, produto intermediário ou material de embalagem. Ademais, o produto objeto da autuação não constava no rol dos produtos sujeitos ao regime de substituição tributária.

Diante do exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA da notificação fiscal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, em instância ÚNICA, julgar **IMPROCEDENTE** a Notificação Fiscal nº 232175.0141/20-7, lavrada contra **AMANDA M CARNEIRO**, devendo ser intimado o notificado para tomar conhecimento da decisão.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 12 de março de 2025.

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVEA – PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

OLEGÁRIO MIGUEZ GONZALEZ – RELATOR